

A defesa militar da União Européia

Após apreciação da Geopolítica, este artigo aborda a segurança e a defesa militar da União Européia. A presença militar americana no Continente, a situação dos países do Leste europeu e a importância da França na rejeição à nova Constituição são alguns dos aspectos examinados. Trata, também, da questão dos imigrantes, da diversidade cultural e religiosa, dos direitos civis e do mercado de trabalho.



The European Union military defense"

After an overview on Geopolitics, this article addresses the European Union security and military defense. It examines the presence of American troops on the continent, the situation of Eastern European countries, and the importance of France's rejection of the new Constitution. Other aspects include migrants' issue, cultural and religious diversity, the civil rights and labor market.

Delano Menezes: Brigadeiro-do-Ar, professor da Faculdade Católica de Fortaleza e mestrando em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

1 INTRODUÇÃO

O referendo sobre uma Constituição para a União Europeia tentou dar ao Velho Continente personalidade jurídica que possibilitasse recolocá-lo no cenário mundial. Essa nova identidade, diferente daquela que deu visibilidade à União Aduaneira e Comercial, manifesta o desejo de conferir maior capacidade de decisão política. A adoção de uma Constituição passa pelo tratamento de temas sensíveis como os limites da soberania de cada país e a defesa militar comum. Esses temas são inseparáveis de uma geopolítica global.

Os Estados europeus fundamentam e legitimam a aplicação do seu poder sobre o espaço geográfico nas conquistas do passado, nas etnias de seus habitantes e nas peculiaridades que caracterizam cada nação. Essas nações, movidas por interesses específicos, por séculos, deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica de cada uma. Como salienta Norbert Elias, porém:

...a 'civilização' não é, nem o é a racionalização, um produto da "ratio" humana ou resultado calculado a longo prazo... A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem."¹

Essa ordem, que perpassou o processo civilizador europeu ao longo do tempo, será impactada pela Constituição pretendida.

A Europa esteve submetida a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo e de estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. O Continente como um todo influenciou todo o Planeta. Em 1800 os europeus controlavam 35% das terras do globo, em 1878 cerca de 67% e em 1914, 84%.² Essa projeção do poder da civilização europeia desenhou uma geopolítica global que somente co-

meçou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a saída de cena do Império Britânico.

A devastação do Continente causada pela Guerra teve efeitos deletérios mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia. O Plano Marshall (1947/52) e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações perdidas nesse processo e as conseqüentes desagregações sociais produziram efeitos sentidos até a bem pouco tempo.

A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder que passaram a utilizar o território europeu como arena para disputas ideológicas, numa espécie de campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização: os Estados- Unidos, o único vencedor de fato da guerra, e a União Soviética. Criou-se até um muro físico para que os estilos de vida não se misturassem. Dividiram-se famílias, amigos, costumes, com perturbações na malha social de numerosas comunidades.

A confrontação desses dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa influenciando as políticas públicas, os costumes, as economias e as relações sociais nos países onde essas tropas estacionaram. Ainda hoje, os Estados Unidos mantém mais de 100 mil homens e mulheres fardados na Europa.³

Os sentimentos nacionais e os temores antigos, porém, não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram com outras questões de ordem geopolítica que entrarão na conta das relações de confiança mútua antes que se chegue a um sistema de defesa coletiva real. Como conceber um sistema de defesa militar sem considerar as alianças extracontinentais de cada país membro da União? Como identificar as potenciais ameaças ao sistema de defesa comum e integrado? Estarão os países do Leste europeu dispostos a aceitar alian-

ças militares e sujeição política, no momento em que estão sendo atraídos pelas vantagens econômicas?

Essas incertezas constituem as tintas a serem usadas para pintar o novo quadro da realidade européia e deveriam ser resolvidas antes que uma Constituição seja adotada. A análise deste quadro deve ser precedida de uma reflexão sobre a base teórica da Geopolítica, que depois da Primeira Guerra Mundial esteve centralizada no *Institut für Geopolitik* de Munique, sob a direção de Karl Haushofer. Nessa época os teóricos alemães retomaram as idéias imperialistas de Ratzel e de Mackinder, utilizando a metodologia do sueco Rudolf Kjellén, e formularam concepções sobre a vida dos Estados. Os debates continham o viés evolucionista em voga nos meios científicos da época, atribuindo uma racionalidade e uma consciência aos Estados nacionais. Aquelas teorias passaram a ser consideradas, impropriamente, como os fundamentos da Geopolítica. Alguns conceitos foram intencionalmente apropriados pelo Estado alemão, estigmatizando o termo Geopolítica e gravando no imaginário dos países europeus, vítimas das agressões germânicas, a idéia de uma renitente vocação expansionista da Alemanha.

Esse trabalho apresenta inicialmente as várias concepções de poder mundial que antecedem a União Européia visando destacar o grau de influência que tiveram no pós-guerra. Em seguida, tentará interpretar o “jogo de poder” operado por três países que definem nitidamente as forças em ação na Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha. É imprescindível compreender também a orientação da geopolítica norte-americana.

O sistema de defesa militar cristalizado na pretendida Constituição da Europa, em expansão para o Leste, será visto como uma entidade anacrônica, representando a antinomia de uma vontade de independência política e uma dependência militar consubstanciada na manutenção da Organização do Tra-

tado do Atlântico Norte (OTAN). A imigração, o fundamentalismo religioso, o crescimento populacional, as desigualdades regionais atribuem à defesa militar da Europa outras circunscrições que fogem das concepções clássicas da guerra e exigem conceitos diferentes de defesa.

2 REFLEXÃO GEOPOLÍTICA

O termo geopolítica foi formulado pela primeira vez, em 1916, por Rudolf Kjellen em “O Estado como Forma de Vida.”⁴ Kjellen define a Geopolítica como a “ciência da vinculação geográfica aos acontecimentos políticos e tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado”, visando a resultados imediatos ou remotos. O cartesianismo sugerido pela Geopolítica, ao tratar duas categorias distintas, uma a Geografia, com definições precisas, e a outra a Política, afeita a relativizações, elabora um eito de determinismo que permite à ela prestar serviços à causa da guerra.

A racionalidade evolucionista creditada a Geopolítica contraria o fluxo mais ou menos caótico do que pode ser percebido como *processo civilizador*. Como a Geopolítica busca coerência em longos processos históricos, quando observa o passado procura não o conhecimento que pode ser resgatado, mas a ação que ele governa. Assim, a Geopolítica tenta traçar os caminhos do futuro. Nessa pretensão residem as questões controversas da Geopolítica, pois a tentativa de determinar o futuro contraria interesses e enseja a guerra. O determinismo reside no fato de considerar que todo país é refém da sua Geografia física, o que o obriga a buscar fora de suas fronteiras os recursos de que não dispõe. Quanto mais dependente ele se torna desses recursos, mais ele se esforçará para obtê-los.

Mas a geopolítica pode servir para traçar metas de um go-

verno com propósitos não expansionistas, fundamentando diretrizes de desenvolvimento na integração, no aproveitamento sistemático do espaço geográfico e das vantagens comparativas da posição do Estado em relação aos outros. Esta é a orientação que preside a formação da UE, ainda que o termo geopolítica não seja freqüentemente mencionado. A estigmatização dessa “ciência” começou exatamente quando ela foi apropriada pelo Estado alemão para atender os seus objetivos expansionistas.

A vinculação inextricável entre Geografia e a Política, entretanto, conduziu a formulações que estabelecem os espaços físicos da terra, do mar e do ar como determinantes do Poder Mundial. Não seria difícil compreender que esses três elementos têm significados distintos para russos, norte-americanos, franceses, ingleses e portugueses, por exemplo. Não existem nações cujas condições sejam idênticas: a Geografia Física influencia de forma diferenciada o acesso a recursos naturais.⁵

Em razão dessas diferenças, existirão tantas diretrizes geopolíticas quantos sistemas estatais subsistam. A busca da compatibilidade de interesses não é algo fácil. A Europa ocupa uma posição geográfica especial, como parte importante do Poder Mundial. Mackinder (1861-1946)⁶ já havia destacado, na década de 30 do século XX, que 75% das terras do globo terrestre constituíam a Europa, Ásia e África e que aí viviam 90% da população mundial. Deduziu, com certa propriedade, que, dessas três massas continentais, a parte que ficava acima do equador (que ele chamou de “Ilha Mundial”) agiria em todas as direções do globo e, por isso, estenderia sua civilização para a periferia – América de um lado e Oceania do outro. Na “Ilha Mundial”, Mackinder destacou que a parte centro-oriental da Europa foi o ponto de partida das conquistas dos chamados bárbaros para oeste e a dos cosacos para leste. Nesse núcleo de expansão, o Autor localizou o que chamou o “Coração da Terra” (*Heartland*), uma

área isolada dos oceanos e cujos rios interiores contribuíam para o seu isolamento.

Esta região seria a que foi ocupada pela antiga União Soviética, tendo a Rússia como núcleo. O acesso pelo norte é bloqueado pelas geleiras do Ártico e, ao sul, por salinas e bacias fechadas, ficando a região protegida contra as ações do Poder Marítimo. Daí o Poder Militar da antiga União Soviética ter sido sustentado por submarinos que se movem debaixo do gelo e por blindados que se deslocam com rapidez pelas estepes.

Essa vantagem, no entanto, tinha um aspecto negativo – o da exclusão da mobilidade marítima, o que retarda a sua expansão – contrabalançado pela existência da área contígua ao *Heartland*, que Mackinder chamou de “Crescente Interno Marginal”, onde estão todos aqueles países que faziam parte da União Soviética, circundando a Rússia, e que constituem uma autêntica retaguarda geoestratégica para a defesa em profundidade do *Heartland*. Estes países eram considerados os *buffers* da Rússia dentro do antigo Pacto de Varsóvia.

Nos anos iniciais de Segunda Guerra Mundial, Haushofer (1869-1946)⁷ tinha essa percepção, pois ele via na Rússia o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo entre a Alemanha e os povos asiáticos, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Já o grande temor de Mackinder, do lado inglês, sempre foi o de uma eventual aliança entre as duas potências continentais européias, a Alemanha e a Rússia. Para ele, uma coalizão do Estado-pivô do *Heartland*, a Rússia, com a potência centro-européia, a Alemanha, implicaria uma alteração radical do poder em toda Eurásia.

Hoje, a Rússia está isolada militarmente pelo fato de os países que “amorteciam” sua defesa no Pacto de Varsóvia terem se bandeado para a Organização do Tratado do Atlântico Norte. A contenda entre União Soviética e Estados Unidos,

mais dinâmica do que a que o mundo viveu entre as duas Grandes Guerras, hoje se desvia para um posicionamento norte-sul. Conseqüentemente, a periferia passou a ser constituída pelas terras marginais da Antártica. Já o Ártico, que era o hemisfério geopoliticamente decisório, teve importância destacada quando o Canadá propôs a partilha das ilhas árticas, alegando que elas constituíam importantes trampolins na defesa dos países defrontantes (no caso, Canadá e União Soviética).

De acordo com a Teoria dos Setores Polares de Mackinder a importância da Antártica ficou patente na época da confrontação Estados-Unidos/União Soviética, pois o Poder Terrestre comandado por Moscou tentou o envolvimento marítimo pelo sul, fazendo-se presente em Cuba e Cabo Verde (pontos de apoio para um possível controle do Atlântico Norte), em Angola, Moçambique e a base antártica de Novozarevskaya (para controlar a passagem do Oceano Atlântico para o Índico) e das bases de Bellingshausen, Arctowski e Druznaya no Continente antártico (para controlar o estreito de Drake no sul da América do Sul). Essa tática se justificava, pois esse Poder encontrava-se bloqueado em pontos nevrálgicos das ligações interoceânicas, autênticas “portas marítimas” defendidas pelas nações do bloco ocidental.

No período entre as duas Grandes Guerras, quando as teorias de Mackinder influenciavam os estadistas na Europa, ocorria nos Estados-Unidos um grande debate sobre a estratégia a ser adotada pelo governo norte-americano no campo da política internacional. Alguns, chamados de idealistas, defendiam um sistema de segurança coletiva, controlado por um condomínio de poder (Liga das Nações); outros, os ditos realistas, sustentavam um intervencionismo norteado pelos interesses da segurança norte-americana.

Esse debate modelou o perfil intelectual de Nicholas Spykman (1893-1943), que expôs suas idéias em duas obras, defi-

nindo-se adepto incontestado do realismo em relações internacionais e do intervencionismo na política externa norte-americana. Ele usou o termo *Rimland* para substituir a noção de Crescente Interno Marginal, de Mackinder. O conceito estratégico do *Rimland* assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do *Heartland* na concepção de Mackinder. Assim como o *Heartland* é a noção axial da teoria do poder terrestre, o *Rimland* é a idéia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman:

O *Rimland* da massa terrestre eurásiana deve ser vista como uma região intermediária entre o *Heartland* e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortecedora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vista para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do *Heartland* e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão, é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança.⁸

As idéias de Spykman saíram vencedoras no debate com os idealistas do final da Primeira Guerra. É possível notar sua influência na doutrina americana até hoje, pois o Iraque, assim como todo o Oriente Médio, está dentro do *Rimland*, que começa no mar Báltico, passa pela Europa Central, a Ucrânia e a Bielo-rússia, os Bálcans, Turquia, Ásia Central e o Paquistão, o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Palestina, enfim, toda a área hoje fortemente influenciada pelos Estados Unidos.

No governo de Jimmy Carter (1977-1981), Zbigniew Brezezinski, ocupou o cargo de Assessor do Presidente para assuntos de Segurança Nacional, voltando em seguida à atividade universitária, como “espectador engajado”. Nessa condição, ele escreveu “*The Grand Chessboard*”, em que faz uma análise

se da realidade do Leste asiático e das relações com a China e o Japão, revisitando o conflito norte-americano-soviético, abordado anteriormente em "*Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*" (1983). Brezezinski faz um balanço da confrontação leste-oeste sugerindo linhas de ação para a segurança norte-americana e apontando possíveis desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências. O seu enfoque não privilegia o antagonismo ideológico nem a competição econômica, mas a luta pelo controle da Eurásia como condição para a conquista da supremacia mundial.

Naquele contexto, o modo como a América *manages* a Eurásia é crítico. O poder que dominar a Eurásia controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um mero olhar no mapa também sugere que controlar a Eurásia pode automaticamente significar a subordinação de África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos para o continente central do mundo. Aproximadamente 75 por cento das pessoas do mundo vivem na Eurásia, e a maioria da riqueza física do mundo está ali também, em seus empreendimentos e debaixo de sua terra. A Eurásia possui algo em torno de três-quartos dos recursos de energia conhecidos do mundo.⁹

O colapso do bloco comunista confirma em grande parte os prognósticos de Brezezinski. O inesperado desfecho da confrontação americano-soviética foi, de certa forma, por ele anunciado:

Nunca antes uma democracia popular alcançou a supremacia internacional. Mas a simples posse do poder não é um objetivo que comanda a paixão popular, exceto nas condições de uma súbita ameaça ou desafio ao senso popular de bem-estar doméstico. Os danos causados à economia (isto é, gastos com defesa) e o sacrifício hu-

mano (mesmo entre os soldados profissionais) requerem um esforço incompatível com os instintos democráticos. A democracia é avessa a uma mobilização imperial.”¹⁰

Atualmente a política externa dos Estados- Unidos procura consolidar a hegemonia mundial alcançada e continua atuando no sentido de conquistar, ou manter, posições geoestratégicas.

O conhecimento das linhas de pensamento de geopolíticos nos dão instrumentos para refletir sobre o atual jogo de poder. Algumas previsões se concretizaram. O aspecto perturbador da Geopolítica são os prognósticos que logram influenciar a condução política. Mas a sua racionalidade é sempre desafiada pela imponderabilidade do comportamento humano e da ação social. A Geopolítica deve ser vista mais como um instrumento acessório de reflexão do que a dóxa que governa a ação política dos Estados. Se os construtores da União Européia souberem usar esse instrumento, poderão melhor situar o Velho Continente no jogo de poder do mundo moderno.

3 A SEGURANÇA CONTINENTAL NA CONSTITUIÇÃO EUROPÉIA

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração européia num estado transnacional iniciado nos anos 1950. Os debates políticos e econômicos do Continente andavam em rotas convergentes, tudo levava a crer que os países signatários do Tratado de Maastricht (1991) haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas da Modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto a necessidade de uma configuração política que fosse mais além da econômica, tarefa essa que pode se tornar indispensável com a entrada de no-

vos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda (euro) foi aceita (com exceção da Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da Comunidade Européia acalentarem um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moeda nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e homogeneização da macro-economia continental. Isso reforçou a idéia de que seria possível ter uma moeda européia sem um estado europeu e introduziu ações positivas em toda a economia do Continente. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Portanto, desde que a maior parte da Europa aceitou o euro com relativa facilidade, pareceu aos políticos que isso deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens auferidas pelo euro à dinâmica da integração econômica provocaram a aceleração do processo político e alguns aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Vê-se, também, que não foi adequadamente avaliado o fato de que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países, particularmente os mais novos na associação, e pela própria Grã-Bretanha. Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Européia, até o referendo na França, em 2005, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a idéia nasceu em tempos relativamente prósperos e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas, que começavam a sentir um certo descontrole com a perda de postos de trabalho, e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou

como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da economia no espaço europeu, revelando-se aí o grande dilema do sistema político: Alguns caminhos que são bem aceitos quando a economia está saudável se tornam intoleráveis quando ela não vai bem.

Ironicamente o texto da Constituição tem um viés nitidamente liberal, a palavra banco, por exemplo, aparece 176 vezes, concorrência 174 vezes e mercado 78 vezes, enquanto programa social somente três vezes. A expressão serviço público aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III – 238). O projeto prefere usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral” que podem ser públicos ou privados (Art. II – 96) e, coroando o exagero liberal, os Estados ficam com o encargo de evitar que o mercado seja afetado em caso de guerra! (Art. III – 131).

Não parece, todavia, que a questão central seja somente econômica. Na França, o maior obstáculo para uma Constituição européia é de natureza político e social – o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Este sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da história da França, mas, especialmente neste caso, ele foi ativado quando as ambições políticas da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na economia. Este é duplamente o caso, quando a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos e os votos de aprovação no referendo significariam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do estado (*dirigisme, étatisme*) e demonstra dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado.

A outra possibilidade do insucesso da nova Constituição na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum. São 224 páginas entrelaçadas de idas e vin-

das, numa teia burocrática extenuante que distancia os cidadãos europeus de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo pode chegar a mais ou menos 500 páginas se contarmos todos os protocolos que são anexos e que só estão disponíveis no site www.constitution-europeenne.fr. A União Européia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos. O sistema coletivo de defesa é outra questão que está enredada no texto, de tal forma que o cidadão comum também não entende. De um modo geral, os trechos relativos à defesa não são muito específicos e dizem que a capacidade operacional militar se apóia nos meios militares e civis dos países membros, sem esclarecer que meios são esses. No Artigo I – 41 há o compromisso de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço à segurança internacional dentro de um quadro semelhante ao das Nações Unidas. Ele estabelece que as forças militares só seriam constituídas depois de deliberação unânime do Conselho europeu e seriam formadas pelos países que quisessem delas participar, mas não se refere a uma força multinacional permanente para prover, em tempo real, a defesa coletiva, nem a qualquer sistema de coordenação de informações e de operações militares comuns de defesa, embora defina que cada país seja responsável pela própria defesa, como, de resto, já o é. Estabelece, todavia, que os demais integrantes da União deverão dedicar todos os esforços para ajudar aquele que for agredido, sem afetar as características de sua própria defesa, mas não faz referência a uma possível agressão mútua entre países da própria União, fato que não parece impossível, considerando que se trata da união de países que viveram lutas violentas no passado recente. Sobrepõe os compromissos militares com a OTAN, dos países que dele são signatários, aos da defesa coletiva da União e estabelece que os engajamentos militares de defesa serão feitos de forma semelhante

àqueles estatuídos por esse Tratado. De fato, o documento prevê o estabelecimento de uma estrutura militar permanente de defesa (Art. III – 312), mas a vontade de participação dos Estados-membros nessa estrutura, passados três meses de sua manifestação, será julgada pelo Conselho Europeu, através do Ministro de Negócios Estrangeiros. Dessa forma, não há a obrigação dos países da União de participarem da estrutura permanente de defesa. Os demais aspectos relativos à defesa tratados na Constituição dizem respeito a procedimentos burocráticos, normas de controle, deliberação, critérios para a determinação da maioria no Conselho Europeu, ao poder de veto dos Estados e à necessidade de unanimidade para o emprego de força militar fora do Continente. Com relação a esse último aspecto, os procedimentos se assemelham muito aos das Nações Unidas.

É possível identificar certa indiferença das pessoas para com os problemas de defesa quando outras questões sociais são mais tensas. Na Europa de hoje, devido à existência da OTAN com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados- Unidos, ao fim da contenda leste-oeste e às relações pacíficas de clássicos adversários do Continente, França e Alemanha, é de se esperar que as questões de defesa sejam atenuadas. No entanto congelar, num documento que se diz estruturante da União, um *status quo* anacrônico é outra questão, ainda mais quando se observa que uma das locomotivas européias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à OTAN. Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas forças armadas na defesa continental às condições de segurança do Território francês, nunca permitindo que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no País.

Este Tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda,

Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, da Europa, e mais Canadá e Estados- Unidos da América do Norte assinaram o protocolo de cooperação em Washington. O consenso da Organização estava cristalizado no artigo 5 do protocolo de criação – “um ataque contra um ou mais países membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles”. Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, após a desarticulação da antiga União Soviética, os países do Leste europeu, Lituânia, Estônia, República Tcheca, România, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros entre 2004 e 2005.

Ainda que esse sistema de defesa tenha trazido substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e para todo o mundo ocidental durante a “guerra fria”, hoje ele mantém dentro do Continente o Canadá e os Estados- Unidos, cujas presenças se justificavam pela geopolítica da “guerra fria”. Supondo que uma quantidade de países tenha resolvido se associar com a intenção de contrabalançar o poder norte-americano, não faz sentido uma submissão nas questões de defesa. Há uma clara indefinição de ameaça militar à Europa. A defecção do Pacto de Varsóvia¹¹ levou os estrategistas europeus à uma espécie de ataraxia em relação as concepções clássicas de defesa militar. Atualmente tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma, os objetivos geopolíticos norte-americanos vêm-se mantendo desde 1947, quando começou a costurar sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa por meio da OTAN, e em todo o Continente americano, com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o

TIAR, cujos princípios são semelhantes, por considerar que a agressão externa a qualquer um dos países signatários é considerada uma agressão a todos eles.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a OTAN ainda luta para se recuperar. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões.

Aliás, esta crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado, os países da Europa Central (leste menos a Rússia) se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a sua aceitação como membros efetivos da organização militar. Esses países, ao saírem da órbita de Moscou, ainda não se sentiam seguros ao lado da Alemanha. Entendiam que a sua segurança dependia da França, por ser tradicional contraposição da Alemanha, ou da Inglaterra que, junto com a OTAN, seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu.

Enquanto a Rússia, porém, não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem voltados para a realização de dois objetivos cruciais, ou seja, fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional, que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão,¹² ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia. Nesse contexto, a OTAN se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados-Unidos como um mediador de valor para o equilíbrio de poder na região.

O papel norte-americano, todavia, de superpotência militar, com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo, parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis. A invasão do Iraque exigiu que os Estados-Unidos dis-

pussem no golfo Pérsico cerca de 75% de seus aviões táticos em serviço, 42% de seus tanques pesados modernos, 46% de seus porta-aviões, 37% dos efetivos do Exército e 46% dos de fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque os seus aliados europeus de maior expressão mostraram um certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares, numa empreitada que as Nações Unidas relutavam em dar aval. Portanto, a OTAN ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados-Unidos no exercício de “polícia do mundo”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

E, de qualquer forma, essa é uma questão mal resolvida na Constituição e ainda não resolvida pelos Estados-membros da União Européia. Por outro lado, o documento é mais restritivo do que a OTAN, em matéria de intervenção armada fora do Continente e adota um *modus operandi* semelhante ao da ONU, relativo às forças militares multinacionais de *peace keeping e peace enforcement*.

4 OUTRAS QUESTÕES QUE AFETAM A SEGURANÇA

A União Européia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo. Essa condição perde substância, quando envolve assimilar na entidade política uma instituição militar que atende a propósitos do passado.

A estrutura da OTAN foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor divisões militares, tanques e aviões num espaço geográfico específico. Hoje, o adversário não está definido, talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo, atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. As ameaças à segurança européia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que

nunca. Os pontos de origem dessas novas ameaças são mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas.

As sociedades européias se deparam atualmente com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflada pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática, que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos, sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de fora, incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados.

As grandes ameaças à segurança do continente no passado foram as guerras européias, mas hoje a ameaça que está sendo percebida com maior nitidez é a imigração. Particularmente aquela proveniente de outros países fora da Comunidade Européia, que surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho; e no social, exacerbando a diversidade cultural e religiosa. Na sociedade capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é uma condição desejável, uma vez que o Estado de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra. As imprevisíveis pulsações da economia mundial, todavia, criam uma persistente taxa de desemprego e a chegada de contingentes enormes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e produz crise social.

Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho o problema não era muito visível, mas enquanto só a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma população numerosa de profissionais de alta qualidade, isso mexe com a vida das pessoas, o nacionalismo xenóforo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos cinquenta e sessenta anos, os *boomers* como são chamados,¹³ nascida no final dos anos 1940 até 1960, que hoje poderiam estar no topo da escala social, foi uma geração perdida com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que os manteve marginalmente no limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os vinte e os quarenta anos tem suas vidas perdidas e as frustrações as tornam deslocadas na estrutura social e descrentes da capacidade do Estado em ampará-las.

O *timing* da vida humana não se concatena com o *timing* das teorias econômicas. Esta situação criou competição entre duas geração, em que a posterior assume posições relevantes no mercado de trabalho, empurrando a anterior para uma aposentadoria precoce, com sérias conseqüências na seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passou a ser identificada como a catálise do problema e, impulsionado por um re florido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho.

O nacionalismo é uma expressão de identidade e com ela de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país também o "eu" de cada um fica menor. Agregue-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A França fica muito feliz em ir à Argélia e gritar "França", mas o seu povo fica muito menos feliz quando um argelino chega em Paris e grita "Argélia". O fato é que a população da França e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados inevitáveis para muitos franceses (digo Fran-

ça apenas como referência!) que não querem que seu país mude.¹⁴ A Europa, ex-metrópole, não se sente muito à vontade com a diversidade étnica. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e de fato, acontecesse, como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”.¹⁵ Para o europeu médio fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes.

Complicando mais esse quadro, a Constituição institucionaliza essa perda de controle, quando assegura o direito ao imigrante em um determinado país a circular pelos demais membros da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que vêem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União, o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro surge a questão da soberania que alguns países, e entre eles a França, resistem em abrir mão, dificultando a aprovação da Carta, não só em questões de defesa, mas, principalmente, nas políticas sociais. É nestas políticas que o novo sistema constitucional proposto toca num sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do Continente - o sentimento de nacionalidade. Este está incrustado nas menores comunidades de todo o espaço da Comunidade, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio de lutas sociais importantes, de onde surgiram os benefícios que hoje desfrutam e que se vêm ameaçados por uma entidade que seria dirigida por uma autoridade burocrática difusa com pouca possibilidade de imputação de responsabilidades.

O povo francês, certamente, tem se perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para um Estado sobre o qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França. Ainda que seja um assunto bastante subjetivo para a população em geral, esse pode ter sido um dos motivos pelo qual a Constituição não passou no referendo francês.

5 CONCLUSÃO

A União Européia foi fundada em princípios de conveniência econômica. Tenta, agora, incorporar componentes políticos e sociais, o que está se revelando inconveniente para alguns países, pois toca em temas caros aos sentimentos de nacionalidade e de soberania. Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustrações que levaram à não- aprovação da Carta Maior. A integração econômica que implicava mais questões técnicas e burocrática do que propriamente políticas. Não afetava de um modo direto questões sensíveis ao povo, ao contrário, introduzia práticas salutaras nas trocas comerciais, e mesmo assim, levou cinquenta anos para se consolidar.

Não é de se esperar que uma constituição apressada, aparentemente dissociada do processo de integração anterior, que peca mais por omissão do que por inclusão, seja aprovada em tão pouco tempo. Muitas coisas que estão cristalizadas na Carta ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões, a cada resolução adotada, eram gradativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas conseqüências ainda não estão totalmente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando o anacrônico Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao sistema de defesa.

Também há que se considerar que uma Constituição aprovada neste momento poderia complicar as pretensões dos países da Europa Central em ingressar na UE em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais países e eles são peças de um novo jogo geopolítico, ainda sem definição.

Por enquanto, os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em suas pretensões geopolíticas frustradas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar realidades geopolíticas diferentes. Aliás, isso parece ser também o temor dos Estados-Unidos, expresso em declarações de várias autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo da sua posição quanto à manutenção da OTAN.

Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, não têm razões para confiar na Alemanha, que surge, reunificada após a queda do muro de Berlim, como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, a geoestratégia vencedora até o momento é a dos Estados-Unidos da América do Norte. Eles continuam mantendo presença no Continente, sob a alegação de que a Rússia ainda não completou seu processo de acomodação e reivindicam para si a tarefa de proteger os países que saíram da órbita de Moscou, que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subseqüentes à invasão do Iraque, certamente em decorrência dos seus problemas internos, e os acontecimentos na Alemanha, onde a frustração da socialdemocracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a

avaliação de que a Europa era um problema crítico para os Estados- Unidos, resumindo-se na idéia de que apenas a França e a Alemanha é que são críticas.

Os Estados- Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder, a Europa se tornaria perturbadora da proeminência global dos Estados- Unidos. Geopoliticamente, é difícil vislumbrar dois poderes continentais, com interesses semelhantes, capazes de se manterem em equilíbrio por muito tempo. Enquanto a Europa estiver voltada para os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecer fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados- Unidos para atender os interesses norte-americanos.

A Europa unitária e operando como uma entidade transnacional poderá demorar ainda a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados- Unidos se forem de fato líderes de uma Europa una. Isoladamente, cada uma dessas nações não passa de um poder secundário no cenário internacional. Talvez por isso os políticos alemães e franceses tenham tentado acelerar o processo de unificação política.

A entrada da China em cena, como um contrapeso respeitável aos Estados- Unidos, também angustia os políticos europeus. O processo de re-equilíbrio de poder mundial está em gestação e o espaço que é desejado pela Europa no panorama global está sendo definido.

REFERÊNCIAS

BREZEZINSKI, Z. **The game plan**: a geostrategic framework for the conduct of the soviet contest. New York: Basic Books, 1986.

_____. **The grand chessboard**. New York: Basic Books, 1997.

CASTRO, T. **Geopolítica**: princípios, meios e fins. Rio de

Janeiro: [s. n.], 1986. (Coleção Pedro II).

CONN, S.; FAIRCHILD, B. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

DEFARGES, P. M. **Introduction à la géopolitique**. Paris: Du Seuil, 1994.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

_____. **Os alemães**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LANDES, D. S. **A riqueza e a pobreza das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

RUFIN, J. **O império e os novos bárbaros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

SCHIRRMACHER, F. **A revolução dos idosos**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC HISTORYS. **The military balance**. London: Oxford University, 2003-2004.

UNIÃO EUROPÉIA. **Compilação dos tratados**. Disponível em: <www.Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm>. Acesso em: 15 jun. 2005.

UNIÃO EUROPÉIA. **Traité établissant une constitution pour l'Europe**. Paris: La Documentation Française, 2004.

NOTAS:

¹ Elias (1993, p. 193).

² Kennedy (1989, p. 149).

³ The International... (2003-2004).

⁴ Castro (1986, p. 28).

⁵ Para maior compreensão do tema, ver o debate entre diversos intelectuais da atualidade reunidos por Harrison e Huntington (2002).

⁶ Defarges (1994, p. 46).

⁷ Ibid., p. 87.

⁸ Ibid., p. 88.

⁹ Brezezinski (1997, p. 31).

¹⁰ Ibid., p. 35.

¹¹ Tratado semelhante ao da OTAN que englobava os países do leste europeu que estavam na órbita da União Soviética e formavam o cinturão de defesa da Rússia. Foi fundado em 14 de maio de 1955 em resposta a entrada da Alemanha Ocidental na OTAN.

¹² Para entender melhor as razões históricas do temor desses países para com a Alemanha. Elias (1997).

¹³ Para maiores informações sobre os problemas dessa geração. Schirmacher (2005).

¹⁴ Para saber mais sobre as transformações culturais na Europa. Huntington (1996).

¹⁵ Landes (1998, p. 477).
